

InformANDES

Informativo N° 162 Brasília (DF) Abril de 2025

Leia as entrevistas das 4 chapas que participam do pleito Págs. 4 a 11



ELEIÇÕES PARA A DIRETORIA DO ANDES-SN (biênio 2025-2027)

7e8 de maio de 2025









Setores do ANDES-SN definem ações para para o próximo período *Pág. 3*

ANDES-SN integra Coalizão Brasil por Memória, Verdade, Justiça, Reparação e Democracia **Pág. 12** o mês de abril, o ANDES-SN seguiu em luta realizando um conjunto de atividades decorrentes de deliberação do 43º Congresso e também pelo cumprimento dos acordos de greve. Como resultado das lutas encampadas com as outras entidades da educação e do funcionalismo público, o governo federal publicou a Lei Orçamentária Anual 2025 (LOA), no dia 10 de abril, garantindo, por meio da Medida Provisória 1286/2024, o reajuste dos/as servidores/as públicos/as no próximo mês de maio, uma conquista da histórica greve de 2024.

Apesar da publicação da LOA, no mesmo dia 10, ANDES-SN e Sinasefe promoveram ato em frente ao Palácio do Planalto para pressionar o governo a cumprir pontos do acordo que não dependem da LOA, como a alteração do Decreto 1590/95, que trata do controle de frequência de docentes da carreira do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT). Ainda no mês de abril, o Setor das Ifes realizou reunião nos dias 11 a 13 de abril, no Rio de Janeiro, que debateu a necessidade de intensificar a mobilização contra o controle de ponto

e pela cobrança do cumprimento dos acordos de acordos de greve, bem como o enfrentamento à reforma administrativa; além disso pautou as implicações da implementação do Reconhecimento de Saberes e Competências (RSC) para todo o conjunto do magistério federal; orçamento das IFE, entre outros temas.

Já o Setor das lees, Imes e Ides, a partir de reunião realizada nos dias 21 e 22 de março, na sede da Seção Sindical dos Docentes da Universidade de Pernambuco (Adupe-SSind.), se preparou para a Semana Nacional de Lutas, que se realizará entre 26 e 30 de maio, que terá como pauta a defesa da ampliação do orçamento das universidades nos estados, municípios e Distrito Federal e a valorização do piso salarial nacional do magistério, no bojo do Campanha "Universidades Estaduais, Municipais e Distrital: Quem conhece, defende!".

O ANDES-SN passou a integrar a Coalizão Brasil por Memória, Verdade, Justiça, Reparação e Democracia, conforme deliberação do 43º Congresso do Sindicato Nacional, assim como demonstrou apoio à ocupação da antiga sede do Dops, em Belo Horizonte (MG), e sua

transformação na Casa da Liberdade, para que a história de violação dos direitos humanos cometida durante a ditadura não seja esquecida.

Nesse contexto de luta por democracia e contra o avanço das forças conservadoras e da extrema direita, o ANDES-SN também esteve presente na luta em defesa do mandato do deputado federal Glauber Braga (PSOL).

No início do mês de maio, nos dias 7 e 8, ocorrerão as eleições para renovação da Diretoria do ANDES-SN, na qual estão concorrendo quatro chapas. Um dia antes, 6 de maio, ocorrerá o último debate entre as chapas, que será transmitido presencialmente da sede do ANDES-SN, em Brasília, para todo o Brasil pelas redes do Sindicato, a partir das 17h, horário de Brasília. Neste InformANDES, há, ainda, a publicação das entrevistas com as quatro chapas homologadas ao pleito eleitoral de 2025.

O ANDES-SN completa, pois, seus 44 anos em um momento digno da sua dimensão histórica, repleto de lutas e manifestações da mobilização de sua base! Viva a luta autônoma e independente dos trabalhadores e das trabalhadoras!

Já viu seu cheque?

Pois é, não caiu do céu.

Foi a luta. Foi a GREVE!

EXPEDIENTE

O InformANDES é uma publicação do ANDES-SN // Site: www.andes.org.br // E-mail: imprensa@andes.org.br

Diretor Responsável: Fernando Lacerda Júnior Editor-Chefe: Luciano Beregeno MTb 07.334/MG

Edição e Revisão: Renata Maffezoli MTb 37322/SP

Jornalistas: Bruna Yunes DrT 9045/DF, Letícia Figueiredo DrT 4124/DF

Diagramação, revisão e arte final: Silas William Vieira // Fotos: Eline Luz/ANDES-SN

Setores do ANDES-SN definem ações para o próximo período

UNIVERSIDADES ESTADUAIS, MUNICIPAIS E DISTRITAL:



Setor das Instituições Estaduais, Municipais e Distrital de Ensino Superior (lees/Imes/Ides) do ANDES-SN realizará, entre 26 e 30 de maio, a Semana Nacional de Lutas. Na pauta estão a defesa da ampliação do orçamento das universidades nos estados, municípios e Distrito Federal e a valorização do piso salarial nacional do magistério, entre outros temas.

"É um momento importante, pois unifica nacionalmente as lutas em defesa de nossas pautas. Realizaremos atividades nas seções sindicais, com visitas às Assembleias Legislativas e Câmaras de Vereadores", destaca o 2º secretário do ANDES-SN, Alexandre Galvão.

As seções sindicais do Setor das lees, Imes e Ides devem enviar informações que subsidiarão a Semana de Lutas, como dados sobre as perdas salariais e os processos de negociação das e dos docentes; demandas por concursos públicos com Dedicação Exclusiva (DE); a exigência ou não da lista tríplice no processo de escolha para reitoras e reitores. O material deve ser encaminhado até o dia 10 de maio para o e-mail: secretaria@andes.org.br.

O XXI Encontro do Setor das lees, Imes e Ides será realizado entre os dias 24 e 26 de outubro de 2025, no Campus de Campina Grande (PB), da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), com o tema: "Salário, Carreira e Condições de Trabalho". O XXI Encontro debaterá questões como assédio e perseguição; multicampia; e direitos previdenciários.

Em reunião realizada nos últimos dias 21 e 22 de março, na sede da Seção Sindical dos Docentes da Universidade de Pernambuco (Adupe-SSind.), o Setor das lees, Imes e Ides deliberou também sobre o fortalecimento da campanha "Universidades Estaduais, Municipais e Distrital: Quem conhece, defende!"; e a construção do Dia Nacional de Lutas pelo fim da lista tríplice.

Ifes reforçam mobilização contra controle de ponto

O Setor das Instituições Federais de Ensino (Ifes) do ANDES-SN se reuniu de 11 a 13 de abril, no Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (Cefet-RJ), campus Maracanã, no Rio de Janeiro. A atividade contou com a presença de 22 seções sindicais e foi organizada em parceria com a Associação de Docentes do Cefet-RJ (Adcefet-RJ Seção Sindical do ANDES-SN).

O encontro debateu o fim da lista tríplice e a defesa da paridade na escolha de reitoras e reitores; o cumprimento do acordo de greve; a alteração do Decreto 1.590/95, que trata do controle de frequência de docentes da carreira do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT); reforma administrativa; as implicações da implementação do Reconhecimento de Saberes e Competências (RSC) para todo o conjunto do magistério federal;

"No tema orçamentário, houve consenso de que a luta pelo financiamento adequado da educação pública está diretamente ligada ao enfrentamento ao arcabouço fiscal —

orçamento das IFE, entre outros.

uma pauta que já constava do nosso Revogaço, entregue no início do governo Lula. Embora tenhamos atuado pela aprovação da Lei Orçamentária Anual (LOA), essa era uma medida transitória e tática, uma vez que a LOA aprovada não contempla as reais necessidades da nossa categoria", explicou Clarissa Rodrigues, 2ª vice-presidenta da Regional Leste e da coordenação do Setor das Ifes.

Nas deliberações, o Setor das Federais indicou intensificar a mobilização contra o controle de ponto. Entre as medidas previstas estão reuniões entre seções sindicais e a coordenação do Setor para definição de estratégias de enfrentamento – incluindo possível boicote – e articulação com o Sinasefe para unificar as ações. Ficou definido o uso do mote "Rui Costa: inimigo das professoras e professores EBTT da Rede Federal de Ensino", como resposta aos ataques à categoria.



Texto publicado conforme encaminhado pela Chapa.



Quais desafios se colocarão como prioridades para o ANDES-SN e para a categoria docente no próximo período? Como devem ser enfrentados?

A chapa 1 – ANDES_pela base: diversidade e lutas, avalia que a tarefa de unir e mobilizar a categoria para lutar pela recomposição do orçamento, o que significa combater a política de austeridade, é uma prioridade. As consequências dessa política impactam na qualidade da educação pública, nas condições de trabalho, especialmente para o desenvolvimento do ensino, pesquisa e extensão. Por isso, a chapa 1 defende que seja assegurado, no mínimo, 10% do PIB exclusivamente para a educação pública e que seja ampliado o percentual do PIB para, no mínimo, 1,5% para a Ciência e Tecnologia públicas. É preciso lutar contra os cortes e contingenciamentos nos orçamentos das Universidades, Institutos Federais e CEFETs e pela garantia de financiamento público para as instituições públicas de ensino. E mais, temos o desafio de lutar pelo fim dos repasses do fundo público para as instituições privadas, e pela proibição de grupos educacionais organizados na forma de sociedades anônimas que atuam com ações nas bolsas de valores. A política de austeridade também afeta as

instituições de ensino estaduais, municipais e distrital com a adoção de restrições orçamentárias que ferem estruturalmente o funcionamento dessas como instituições públicas de educação. Além disso, precisamos articular essas pautas e seus desdobramentos ao enfrentamento à extrema direita. Como explicitado em nosso programa, as políticas de austeridade catalisam o neofascismo. A ameaça à democracia é parte integrante de um projeto societário antiemancipatório que conta com a resistência da Educação e, portanto, é alvo de sua fúria, como vimos recentemente nos ataques à docentes e estudantes na UEPB, UNB e na UNICAMP. Temos que organizar a luta unificada e para isso, para poder lutar é preciso defender a democracia!

Qual a proposta da Chapa sobre salário, carreira, condições de trabalho e saúde docente?

A chapa 1 tem o tema da carreira e condições de trabalho como eixo programático central. Nossa defesa intransigente é pela carreira única e pela paridade entre ativo(a)s e aposentado(a)s, como nossa categoria tem acumulado e deliberado nas suas instâncias. Nessa direção, avaliamos que as resoluções aprovadas no 15º CONAD Extraordinário

e no 43º Congresso são um importante marco para unificação das lutas do setor da educação e fortalecem nossa defesa de uma carreira única e valorizada. No entanto, esse é um tema que deve ser permanentemente avaliado e pautado em nossa base, porque diz respeito ao nosso cotidiano, que está permeado também pelo aumento do adoecimento docente. Isso se dá tanto em razão dos cortes orçamentários, como pelo processo acelerado de mercantilização da educação que se expressa no ensino, na pesquisa e na extensão. A pressão das big techs e dos conglomerados internacionais, que lucram com a plataformização e mercantilização da educação, precarizam ainda mais as condições de trabalho, pela virtualização do ambiente do trabalho, o trabalho remoto, o que implica aumento das horas de trabalho e no consequente adoecimento físico e mental. Sem dúvidas, há particularidades quanto às consequências desse processo e seus impactos na educação. A Enquete Nacional Condições de Trabalho e Saúde Docente para propor ações que auxiliem na luta contra o adoecimento dos (das) trabalhadores (as) docentes, realizada pelo nosso Sindicato, deve ser analisada e debatida pela base para que possamos avançar na luta em defesa das condições de trabalho

e saúde. Agui é importante também um eixo fundamental para a Chapa 1, que acumulamos na trajetória histórica do ANDES-SN e que tem relação direta com a pergunta, que é a da consolidação do ANDES-SN como um sindicato classista, antimachista, antirracista, antilgbtfóbico, anticapacitista e antixenófobo. Falar de carreira e condições de trabalho exige o compromisso de reconhecer a inserção desigual de docentes ao ensino, pesquisa e extensão pelas determinações sócio--históricas na particularidade brasileira. Essas pautas são para a apreensão estratégica e tática das tarefas do nosso sindicato na unificação das lutas e, sobretudo para o entendimento da composição da classe trabalhadora e, portanto, da nossa categoria docente.

Quais as propostas da Chapa para ampliar a atuação do ANDES-SN junto às demais categorias e lutas da classe trabalhadora e movimentos sociais?

O ANDES-SN construiu sua história como um sindicato classista, autônomo e de luta porque a categoria sempre aprovou em seus congressos ações em unidade com os movimentos sociais, além de apoio ao conjunto de lutas da classe contra todas as formas de exploração e opressão. A apreensão do processo de precarização a que estamos submetidos

coletivamente e suas determinações sócio-históricas, impõem a necessidade de unidade. Nessa conjuntura, com todas as contradições que afetam a organização da classe, essa perspectiva deve ser radicalizada. Tanto assim, que no nosso programa defendemos a criação de frentes democráticas autônomas das classes trabalhadoras para enfrentar a desestabilização do governo legítimo, as políticas de austeridade e o avanço neofascista. A chapa 1 fará todos os esforços para construir na prática pautas e ações que unifiquem a luta com os movimentos sociais, estudantis e sindicais. Nesse debate. cabe o registro que só um Sindicato como o ANDES-SN, no âmbito do que é a sua atuação, a sua base é legítimo e, portanto, capaz de assumir essa tarefa, porque tem sua história marcada pela autonomia e independência de classe. Portanto, combater o sindicalismo cartorial que se infiltrou por cima em nossas bases é prioridade da Chapa 1. A constituição do Grupo de Trabalho de Organização Sindical das Oposições (GTO) à PROIFES é conseguência da luta e da resistência para fortalecer a unidade e princípios que consolidam o ANDES Sindicato Nacional como um dos mais importantes instrumentos de luta da classe trabalhadora no Brasil e tem todo o apoio e compromisso da Chapa 1 para que avance na derrota do sindicalismo oficial.

Qual a estratégia da Chapa para intensificar a luta em defesa da autonomia universitária e da liberdade de cátedra nas instituições?

A chapa 1 defende que nenhum passo atrás na luta pela autonomia universitária pode ser tolerado. Temos pautas históricas, como o fim da lista tríplice, que deve ser objeto de nossa ação unitária com estudantes e os/as técnicos/ as administrativos/as imediatamente. A luta pela escola sem mordaça precisa ser retomada como prioridade. As ameaças à liberdade de cátedra atingem duramente as possibilidades de uma formação emancipatória. A principal estratégia deve ser o fortalecimento dos fóruns da educação no campo classista. Nesse sentido, a chapa 1 vai atuar para a rearticulação da Coordenação Nacional de Entidades em Defesa da Educação Pública (CONEDEP), visando sua ampliação e seu fortalecimento, assim como buscar a reativação do Fórum Nacional Popular de Educação (FNPE), na perspectiva de construção de lutas unitárias em defesa da educação pública.

Para saber mais sobre nossas posições, acesse nosso programa completo em https://andespelabase1.com e nos acompanhe nas redes sociais em @ andes_chapa1.



Texto publicado conforme encaminhado pela Chapa.



Quais desafios se colocarão como prioridades para o ANDES-SN e para a categoria docente no próximo período? Como devem ser enfrentados?

Para a Chapa 2- Renova ANDES a categoria docente e sua representação organizada, o ANDES-SN, tem como principal desafio construir a mais ampla unidade para defender os direitos já conquistados pela classe em suas lutas ao longo de décadas, todas elas ameaças pela crise sem precedentes vivida pelo capitalismo, que está descarregando sobre os ombros da classe trabalhadora o ônus dessa crise, resultando em ataques aos salários, à legislação trabalhista, aos sistema previdenciários e às garantias sociais.

A tarefa da hora é reunir todos aqueles e aquelas que querem resistir para construir um polo no terreno da independência de classe contra a política do imperialismo a partir da luta pelas reivindicações concretas, o que para os docentes significa lutar para recompor os salários, para garantir uma carreira digna, para ter condições efetivas de trabalho e para garantir orcamentos adequados para as universidades.

Qual a proposta da Chapa sobre salário, carreira, condições de

trabalho e saúde docente?

A Chapa 2 - Renova ANDES entende que a tarefa imediata é garantir o cumprimento até o fim do acordo salarial resultante da greve de 2024, cuja efetivação este ano mostrou que somente irá acontecer com luta e com pressão. Para 2026, no quadro de cortes orçamentários resultantes do Novo Arcabouço Fiscal (NAF), somente a continuidade da mobilização e da pressão pode garantir que o percentual definido para aquele ano será cumprido.

O mesmo vale para as universidades estaduais, distrital e municipais, onde a luta pela recomposição salarial deve ganhar força este ano de 2025, no quadro de definição da LDO e dos orçamentos para o ano de 2026, que é um ano eleitoral e que deve ser tomado como estrategicamente importante para que o setor da categoria que atua nessas universidades pressione para arrancar recomposições salariais e reduzir perdas de anos anteriores.

Os integrantes e apoiadores da Chapa 2 – Renova ANDES vêm acompanhando a discussão que o ANDES-SN realiza sobre a carreira única e entendem que essa discussão é muito importante e comporta diferentes situações, que toca a vida de centenas de milhares de docentes das IESs públicas de todo o país. Por isso mesmo é um tema que deve ser tratado com cuidado e deve ter a sua conclusão somente após a grande maioria se inteirar do seu conteúdo e sedimentar uma compreensão para que seja transformado efetivamente em uma proposta final.

Para a Chapa 2 - Renova ANDES, o arrocho salarial, o corte de recursos para as universidades com a degradação das condições de trabalho, a pressão produtivista, a ausência de perspectiva de aposentaria após a Reforma da Previdência, o endividamento e o ambiente de trabalho hostil criado pela pressão da extrema direita, acentuaram a pressão sobre os trabalhadores e trabalhadoras das universidades de tal forma que há uma explosão no adoecimento docente. Para enfrentar essa situação que está se tornando um problema cada vez mais grave nas IESs de todo o país, é preciso combinar a luta pelas reivindicações concretas da categoria, com recomposição salarial, recomposição dos orçamentos das universidades, carreira com perspectiva de evolução em tempo adequado, financiamento para pesquisas e garantias de direitos, com assistência e organismos institucionais de apoio nas universidades. Além disso, a Chapa 2 – Renova ANDES entende que devemos intensificar a luta pela revogação da Reforma da Previdência.

Quais as propostas da Chapa para ampliar a atuação do ANDES-SN junto às demais categorias e lutas da classe trabalhadora e movimentos sociais?

Para a Chapa 2 – Renova ANDES, o sindicato deve seguir se libertando das práticas sectárias e divisionistas que marcaram os anos de sua filiação à CSP Conlutas, cujo resultado prático mais deletério foi a sua atuação obscura durante o golpe de Estado contra a presidente Dilma Rousseff.

O ANDES-SN deve seguir construindo a unidade com os diferentes, com quem tem posições que por vezes discordamos, mas que podemos caminhar juntos a partir da ação comum, por objetivos comuns. Nesse sentido é que a defesa da democracia ganha importância, porque ainda que seja uma ordem social e política que não dá conta de atender às demandas da classe, é aquela que nos permite a liberdade de ação para seguir lutando por essas demandas, não sendo algo secundário.

Ao romper com a CSP Conlutas o ANDES-SN sinalizou para a sua base que deveria seguir um outro caminho. A correção de rumo não tem sido fácil, mas o avanço é efetivo. A unidade construída no Comando Nacional de Greve de 2024, que resultou em conquistas importantes para a categoria, com a assinatura do

acordo, o isolamento e desmoralização da federação governista PROIFES e de seus associados, mostram que estamos avançando, ainda que sejam avanços entremeados por recuos, que refletem ainda a presença de práticas sectárias que somente serão superadas no calor da luta unitária pelas reivindicações concretas.

Para a Chapa 2- Renova ANDES o sindicato deve estar junto com as demais organizações sindicais e acadêmicas da Educação no Fórum Nacional de Educação, defendendo as propostas da categoria e dialogando com essas entidades. Da mesma forma devemos ajudar a fortalecer organismos como o FONASEFE ou aquela ampla unidade que nos permitiu derrotar o governo Bolsonaro, barrando a tramitação da PEC 32 da Reforma Administrativa.

Qual a estratégia da Chapa para intensificar a luta em defesa da autonomia universitária e da liberdade de cátedra nas instituições?

A Chapa 2 – Renova ANDES entende que a universidade está sob ataque do capital. Se havia alguma dúvida disso, os ataques de Trump às universidades americanas mostram que a defesa da autonomia das universidades e da liberdade de cátedra entrou definitivamente na ordem do dia.

Aqui no Brasil os ataques do governo Bolsonaro às universidades, com intervenções, com cortes de recursos, com perseguições de docentes e acadêmicos, mostram que devemos estar preparados para o pior. O mesmo se repete nos estados, com cortes de recursos orçamentários, arrocho nos salários e sem concursos.

A saída que vem sendo encontrada em algumas instituições é o financiamento privado, através de fundações de apoio, com a consequente perda de autonomia e a restrição na liberdade de cátedra.

Para a Chapa 2 – Renova ANDES, devemos intensificar a luta contra os efeitos do Novo Arcabouço Fiscal (NAF) e seus congêneres estaduais nos orçamentos das universidades, porque o seu resultado certamente impactará os orçamentos da IESs e fará aumentar a pressão privatista.

De outro lado, devemos lutar contra qualquer interferência externa no funcionamento administrativo e pedagógico das IESs, avançando na aprovação de dispositivos legais que ponham fim às listas tríplices e na garantia de que os processos eleitorais para dirigentes sejam iniciados e concluídos nos organismos institucionais das próprias instituições.



Texto publicado conforme encaminhado pela Chapa.



Quais desafios se colocarão como prioridades para o ANDES-SN e para a categoria docente no próximo período? Como devem ser enfrentados?

Prioritariamente, vamos exigir de governos municipais, estaduais, distrital e federal o cumprimento dos acordos decorrentes das greves e outras mobilizações docentes e articular a luta para enfrentarmos a contrarreforma administrativa e o arcabouço fiscal do Governo Lula/Alckmin e seus congêneres nos estados e municípios. Nossos salários estão corroídos pela inflação e a perda de direitos de aposentadoria está levando ao prolongamento do tempo de trabalho docente e a uma velhice desprotegida. A categoria está cada vez mais adoecida, como expressão do endividamento e da "plataformização" do trabalho que impõe ritmos exaustivos. Os sucessivos cortes orçamentários, desde 2014, inviabilizam o pleno funcionamento das nossas instituições e as reitorias acabam colaborando com as medidas governamentais, descarregando sobre nossos ombros o peso da crise. Precisamos dar atenção especial para as parcelas mais oprimidas da categoria como mulheres, pessoas negras, LGBTQIAPN+, com deficiência, indígenas, quilombolas e ciganas.

Nossas lutas se dão em um quadro de

avanço da extrema direita fascista, no Brasil e no mundo, que ameaça ampliar o Estado de exceção em que já vivem, principalmente, a população negra, LGBTQIAPN+ e os povos indígenas. A defesa das liberdades democráticas precisa se dar no campo da independência de classe, articulando as lutas pelas reivindicações da nossa classe e o combate aos golpistas do passado e do presente. O que vivemos em nosso país está integrado ao cenário aberto após a crise de 2007-2009, com a burguesia imperialista na ofensiva, promovendo contrarreformas e intensificando a exploração de povos e continentes. O movimento docente precisa amplificar suas ações contra genocídio do povo palestino e de solidariedade internacionalista com todos os povos atingidos pela dinâmica de expansão destrutiva do capitalismo, com suas guerras e colapso ambiental. É preciso uma direção sindical anticapitalista que incorpore todas as dimensões da vida na luta contra a exploração e a dominação em articulação para unidade de ação com movimentos sociais e sindicais.

A reversão de toda essa situação depende da nossa capacidade de romper com a subordinação das nossas lutas aos métodos virtuais dos tuitaços e atos limitados voltados às redes sociais e ao terreno jurídico parlamentar. A vitória de educadores, indígenas e quilombolas no Pará contra a destruição da educação pública comprova que o caminho é a unidade e a mobilização por meio das ocupações, greves e manifestações massivas.

Qual a proposta da Chapa sobre salário, carreira, condições de trabalho e saúde docente?

A defasagem salarial, desestruturação da carreira e precarização do trabalho são fatores de adoecimento físico e mental. É sintomático que mais da metade dos docentes que responderam à Enquete do ANDES-SN (2023) tenham relatado estarem endividados e que têm adoecido por conta de questões do trabalho. A sobrecarga se manifesta quando 88% informaram terem de assumir serviços administrativos, burocráticos, de limpeza e até segurança, entre outras atividades não específicas do trabalho docente. Para fazer frente a esse cenário é imperioso: reivindicar a realização de concurso público para docentes e técnicos administrativos, recompondo e ampliando o quadro; lutar pela reposição integral das perdas inflacionárias e revisão geral anual dos salários dos servidores (data-base); garantir uma carreira docente unificada respeitando as especificidades das lutas nos estados, municípios, distrito e no âmbito federal; exigir a recomposição

orçamentária para universidades, institutos federais e CEFETs, para que todas as instituições educacionais possam realizar as atividades de ensino, pesquisa e extensão com qualidade.

A carreira docente deve garantir a estabilidade nas regras de promoção e progressão e uma valorização equilibrada para o desenvolvimento do docente na carreira levando em consideração o tempo de serviço e a formação continuada. Os incrementos remuneratórios devem fazer parte do corpo permanente do salário e o desenvolvimento na carreira deve estar dissociado de qualquer tipo de avaliação produtivista. Consideramos um retrocesso que a atual diretoria do ANDES-SN esteja encabeçando propostas de rebaixamento de nosso piso, equiparando com metade do piso do magistério da Educação básica e priorizando a tática de elaborar projetos de lei em um momento em que os legislativos e executivos têm aproveitado as modificações nas carreiras para embutir aspectos da contrarreforma administrativa.

Quais as propostas da Chapa para ampliar a atuação do ANDES-SN junto às demais categorias e lutas da classe trabalhadora e movimentos sociais?

Nossa política de unidade de ação se dá em torno das reivindicações da categoria e se baseia na independência de classe. Quanto à luta pela educação pública, rejeitamos a unidade com o setor privatista do grande capital que hegemoniza o Fórum Nacional de Educação (FNE) e nos comprometemos a voltar a discutir com a categoria, em seus espaços deliberativos, a construção do IV Encontro Nacional de Educação (ENE), por meio de um amplo chamado às organizações sindicais e estudantis. É urgente resgatar o protagonismo do ANDES-SN na defesa de um projeto classista de educação.

No âmbito mais geral, impulsionaremos alianças sólidas com categorias do funcionalismo público, do setor privado, incluindo os precarizados, em coletivos antirracistas, feministas e LGBTQIAPN+ e junto a camponeses, indígenas, quilombolas, e comunidades do meio rural. É importante um chamado às Centrais Sindicais para organizarem a luta contra a escala 6X1, pela revogação das contrarreformas e fim das privatizações, para que possamos contribuir para a vitória das lutas em curso. Sentimos que o ANDES-SN está isolado do movimento sindical mais geral, por isso propomos a retomada do debate no ANDES-SN acerca da filiação do sindicato a uma central sindical que abarque toda a classe trabalhadora, rompendo com a atual fragmentação.

Qual a estratégia da Chapa para intensificar a luta em defesa da

autonomia universitária e da liberdade de cátedra nas instituições?

O estrangulamento orçamentário e o avanço da extrema direita são grandes ameacas à autonomia universitária e liberdade de cátedra. Não há autonomia quando as pesquisas são subordinadas a interesses mercantis: quando as instituições passam a depender de emendas parlamentares, conforme interesses político-partidários; quando a extensão se transmuta em prestação de serviços. A afronta à Ciência e a liberdade acadêmica acompanham as tendências fascistas, o governo Trump tem exemplificado a que ponto isso pode chegar e, no Brasil, vários docentes têm enfrentado processos administrativos e judiciais por suas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

É urgente retomar a luta pelo fim da lista tríplice, estabelecendo eleições diretas e no mínimo paritárias para dirigentes de IES federais e estaduais. Simultaneamente, defendemos que o desenvolvimento da carreira docente seja tratado no âmbito da autonomia institucional, sem imposições de metas produtivistas e com respeito às especificidades de cada nível de ensino. Precisamos de uma forte campanha em defesa da liberdade de cátedra, criando uma rede de solidariedade ativa para proteger docentes que se insurgirem contra censuras e pressões ideológicas dentro e fora das salas de aula.



Texto publicado conforme encaminhado pela Chapa.



Quais desafios se colocarão como prioridades para o ANDES-SN e para a categoria docente no próximo período? Como devem ser enfrentados?

Passamos por grandes desafios impostos pelo recrudescimento das forças conservadoras da extrema direita e do fascismo. Por outro lado, nosso modelo sindical é insuficiente para enfrentar tais desafios. Faltam ações concretas que cheguem à base, mobilizando e gerando pertencimento. Temos que enfrentar problemas internos como questões organizativas e financeiras, referentes à democracia e concepção sindical. O 'custo' ANDES precisa ser revisto: tornar a prestação de contas mais transparente e rever gastos dos encontros nacionais.

Propomos soluções concretas para problemas concretos, e a questão previdenciária é uma delas. Vamos lutar permanentemente pela revogação das contrarreformas da Previdência, mas não vamos nos eximir de discutir a política de previdência suplementar — o Funpresp. Vamos lutar incessantemente em defesa do SUS e de todas as políticas públicas, mas não vamos nos eximir de discutir a realização de um convênio nacional de saúde para filiados/as. Somam-se às nossas prioridades, a paridade entre

ativos/as e aposentados/as; condições dignas de carreira com salários valorizados; defesa do fim do ponto eletrônico para EBTT. É também de suma importância a manutenção de mesas permanentes de diálogo e negociação para a implementação de pautas concretas junto aos Governos federal, estaduais e municipais.

Qual a proposta da Chapa sobre salário, carreira, condições de trabalho e saúde docente?

Propomos os primeiros passos para a resolução de tantos problemas a longo prazo que dependem de melhores políticas de educação e trabalho. Há indicadores que mostram uma remuneração incompatível com o valor e a importância da nossa profissão. Basta comparar nosso salário com os de outras carreiras do serviço público, que além de terem remuneração e auxílios mais altos. O aumento dos salários pouco avançou diante do embate entre o modelo neoliberal e o que realmente queremos para educação e trabalho socialmente éticos e justos. Nossos salários não fazem jus ao valor real da formação acadêmica que precisamos ter, ainda que seja difícil medir o valor do nosso saber. É gritante o número de docentes endividados e a desvalorização salarial dos aposentados, como tivessem

menor valor numa sociedade etarista. Para corrigir essa desvalorização, propomos mobilizações em articulação com outras categorias e a manutenção de uma mesa de negociações permanente bipartite entre sindicato e Governo estadual e federal, pois o diálogo é uma poderosa forma de troca de forças e saberes.

Quanto às condições de trabalho e a saúde, estamos sobrecarregados/as de funções administrativas e burocráticas que competem com nossa capacidade de produzir saber e criatividade. Faltam servidores técnicos e os docentes são obrigados a exercer tarefas distantes dos seus reais objetivos pedagógicos, além de uma enorme cobrança de tarefas burocráticas que nos obrigam a trabalhar nas férias, finais de semana, em qualquer horário, pelo Whatsapp ou on line, com prazos que se encerram em feriados e períodos de férias. É difícil estabelecer limites entre o trabalho e a vida privada, o que afeta nossa saúde mental, num processo de adoecimento e desequilíbrio biopsicossocial. Propomos: - mudança nos calendários acadêmicos dos órgãos de fomento à pesquisa e extensão, e nas plataformas utilizadas que são extremamente burocráticas; - criação de um programa nacional e locorregional de saúde, valorizando equipamentos sociais;

em defesa do SUS, efetivar a política nacional de saúde das/os trabalhadoras/ es intersetorialmente, com parcerias nas Comissões Intersetoriais de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (CISTT) e nos Centros de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST). Negociar um plano de saúde nacional coletivo de adesão facultativa; - parcerias para descontos em medicamentos, restaurantes, teatros, academias, escolas de esportes, clubes, agências de viagens, livrarias etc., com ações para a qualidade de vida. Nesse contexto os/as aposentados/os devem ser acolhidos pelo sindicato. Temos uma população idosa elevando-se rapidamente, e já devemos nos preparar!

Um desafio para o sindicato é a reestruturação da carreira e sua unificação, além de um olhar específico para docentes EBTT e a garantia do RSC para ativos e aposentados. Reivindicamos direitos para o exercício da maternidade e da paternidade: docentes que vivenciam a maternidade, mães solo e aquelas/es que têm filhos neurodivergentes. Discutir com as mulheres sobre quais os cuidados de saúde para essas trabalhadoras é uma obrigação do sindicato. Defesa incondicional da implementação das cotas para pretos e pardos e ampliação para outros grupos em concursos para a carreira, pois defendemos políticas de cuidados, diversidade e equidade de gênero.

Quais as propostas da Chapa para ampliar a atuação do ANDES-SN junto às demais categorias e lutas da classe trabalhadora e movimentos sociais?

Propomos mudanças na forma de comunicação do ANDES por via direta com docentes filiados e não filiados, e indireta por meio das AD. A comunicação precisa ser intensificada. Propomos um ANDES presente no cotidiano dos docentes, fazendo atividades e parcerias com movimentos, entidades e categorias de forma sistêmica. Articulação com SBPC e outras organizações/sociedades científicas para ampliação dos fundos públicos para C&T e fazer do ANDES, de novo, ator relevante no debate sobre o Plano Nacional de Educação, o que aproxima o ANDES a outras formas de militância sindical nas esferas da Ciência, tecnologia, cultura e movimentos sociais. Não gueremos um ANDES isolado, que não está onde os/as professores/as estão. Um sindicato forte se expande como um sistema, incluindo parcerias com os diferentes e os que permanecem alijados da participação sindical.

Qual a estratégia da Chapa para intensificar a luta em defesa da autonomia universitária e da liberdade de cátedra nas instituições? Devemos lutar pela substituição do modelo de lista tríplice por eleições das reitorias e em prol do aumento do orçamento para as IES, para garantir a autonomia de se autoadministrar com todas as atividades exigidas no ensino superior, tecno e tecnológico desde as administrativas ao eixo ensino-pesquisa-extensão.

A liberdade de cátedra nos garante liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber, com pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas. O ANDES já divulgou uma cartilha em defesa da liberdade de cátedra e contra censuras e agressões, mas muitos casos ocorrem no cotidiano de forma silenciosa e por meio virtual, provocados pela extrema direita que está nas instituições, muitas vezes ocupando cargos administrativos. Portanto, além de informar e orientar, propomos promover parcerias com o Ministério Público Federal e Estadual, abrindo um canal de comunicação pelas Regionais para receber denúncias e acolher as vítimas.



ANDES-SN integra a Coalizão Brasil por Memória, Verdade, Justiça, Reparação e Democracia



ANDES-SN passou a integrar a Coalizão Brasil por Memória, Verdade, Justiça, Reparação e Democracia, conforme deliberação do 43º Congresso do Sindicato Nacional, realizado em janeiro deste ano.

Formada por movimentos sociais, entidades, coletivos, comitês e militantes comprometidos com a promoção dos direitos humanos e o enfrentamento às diversas formas de violência de Estado, a Coalizão surge como resposta ao avanço do autoritarismo e à militarização da política brasileira. A articulação propõe o resgate histórico das lutas e resistências populares contra a repressão como estratégia para combater as raízes estruturais do racismo, do patriarcalismo e do autoritarismo ainda presentes na sociedade brasileira.

A Coalizão surgiu em 2022, num contexto anterior às eleições daquele ano, explicou Lucas Pedretti, professor de História do Ensino Básico e coordenador da Coalizão. "Ela nasceu a partir da percepção de que o governo Bolsonaro atuava fortemente na construção de uma leitura negacionista sobre a ditadura militar, promovendo a apologia às violações de direitos humanos do passado, ao mesmo tempo em que fomentava novas violações no presente", contou.

Segundo Pedretti, o surgimento da Coalizão foi, num primeiro momento, um esforço de incidência no próprio processo eleitoral, mas também de articulação nacional entre entidades que atuam nesse campo, com o objetivo de reconstruir essa agenda — não apenas retomando o que havia antes do golpe e do governo Bolsonaro, mas avançando para além disso. Ele ressaltou os dois eixos da Coalizão que são ampliar a noção de quem foram as vítimas da ditadura e conectar a violência desse período com outras violências estruturais.

O historiador destacou ainda a importância da chegada do ANDES-SN à Coalizão. "Ter uma entidade que carrega não apenas esse acúmulo de mobilização e luta, mas também essa capacidade de construir pontes entre a universidade e os movimentos sociais", avaliou.

"O tamanho e a trajetória do ANDES-SN contribuirão significativamente para o nosso trabalho, pois traz acúmulo de luta, formulação política, capacidade de mobilização e uma longa experiência em defesa dos direitos e da democracia. Em um momento como o atual, em que a disputa em torno da memória é tão crucial, essa contribuição é ainda mais valiosa", afirmou.

Para Gilberto Calil, 1º vice-presidente da Regional Sul do ANDES-SN e da coordenação do Grupo de Trabalho História do Movimento Docente (GTHMD), a entrada do ANDES-SN na Coalizão reforça o compromisso histórico da entidade na reparação das injustiças promovidas pelo Estado.

"A importância de o ANDES-SN integrar a Coalizão está, basicamente, no fato de que as pautas que historicamente defendemos no sindicato — em torno da luta por memória, verdade, justiça e reparação — são também as pautas sustentadas pelas entidades que compõem a Coalizão. Nesse sentido, trata-se de mais um espaço de articulação, extremamente importante para a difusão dessas pautas. Portanto, é muito significativo que o ANDES-SN, conforme deliberado no último congresso, tenha passado a integrar de forma orgânica essa articulação", avaliou.

Calil também ressaltou que a atuação do Sindicato na Coalizão será fortalecida por estruturas já existentes, como a Comissão da Verdade do ANDES-SN e o GTHMD. "São espaços privilegiados para o desenvolvimento dessas temáticas.

É a partir dessas duas instâncias que passamos a atuar e a nos articular no âmbito da Coalizão", completou.

Conheça mais a Coalizão:

